

RAÇA, SOCIEDADE E AS DISTORÇÕES NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR EM SERGIPE

Frank Marcon (UFS)¹

Os debates sobre Ações Afirmativas no Brasil remetem constantemente às polêmicas tradições do pensamento social consolidadas nacionalmente e regionalmente, como no caso das referências sobre as histórias de escravidão e as relações raciais em suas peculiaridades nos estados. Isto implica dizer que é necessário lembrarmos que algumas referências da ideologia da “democracia racial” (SCHWARCZ, 1999 e SKIDMORE, 1976) se constituíram sob o prisma das invenções de tradições sobre a singularidade social e histórica dos estados, dentro de um contexto maior o Brasil. No caso de Sergipe, prevaleceram argumentos como a pouca expressão da mão de obra escrava, se comparada a outros estados do nordeste, como também as referências a uma escravidão mais branda e a idéia de que por estar distante dos portos do tráfico internacional nos tempos da escravidão, a população escrava e liberta teria sido basicamente crioula e mulata.² Uma ideologia da ausência do preconceito se constituiu a partir de tais referentes. No entanto, quando o assunto é o quadro contemporâneo da educação no estado, percebe-se que os matizes raciais e sociais ora se sobrepõe, ora revelam efeitos distintos do perfil da população no que diz respeito aos índices de acesso a cidadania.

Aqui meu enfoque é o acesso a educação superior, com o intuito de perceber como ocorre o gradativo processo de evasão escolar da população negra e de origem social mais humilde no percurso escolar até o vestibular. Este texto é fruto da pesquisa realizada no âmbito da elaboração da proposta de um Programa de Ações Afirmativas para Universidade Federal de Sergipe. O texto que segue teve contribuições de muitos dos colegas que compõe o grupo PAAF/UFS e que pensou a referida proposta. O que apresento é a parte que me coube na pesquisa sobre dados educacionais de Sergipe, que se encontram a disposição em diferentes instituições de levantamento de dados deste tipo, como IBGE e INEP. Portanto, além de reuni-los e tabulá-los num formato

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFS, área de Antropologia, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Programa de Ações Afirmativas da mesma universidade. É importante ressaltar que uma versão deste texto teve a leitura e colaboração de vários membros do referido programa.

² Os argumentos de Felte Bezerra, em *Etnias Sergipanas*, são um exemplo da presença característica de tais considerações quando este autor define as peculiaridades da população de Sergipe.

adequado para percepção das distorções sociais e étnico-raciais na escolarização do estado, realizo uma análise que busca contextualizar quantitativamente os aspectos desproporcionais de perfis entre aqueles que concluem o Ensino Básico, principalmente público, e aqueles que ingressam na única Universidade Pública do estado, a Universidade Federal de Sergipe.

Os números do Ensino Básico

Quando observamos os dados do Censo Escolar de 2005 e 2006, do INEP, observamos as inúmeras distorções existentes entre a imensa maioria dos alunos oriundos da Rede Pública Municipal e Estadual que não chegam à universidade pública, estando sub-representados na mesma, e que apesar do número total de alunos da escola privada ser bem menor que o da pública no Ensino Básico, uma proporção consideravelmente bem maior de seus alunos ingressam na universidade pública, estando estes super-representados. É importante também dizer que o mesmo não acontece com o ensino básico da rede pública federal em Sergipe, que, como revelam os dados abaixo, já estaria proporcionalmente representada no ensino público superior.

No entanto, no quesito dependência administrativa, as matrículas revelam as desproporcionalidades quantitativas entre o universo de matrículas realizadas no ensino público municipal e estadual em contraste com o ensino privado e também com o público federal, que podem ser evidenciados pelos dados abaixo do Censo Escolar de 2005 e 2006.

Quadro Alunos Matriculados no Ensino Básico por Dependência Administrativa (INEP)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2005	676.857	3.846	260.433	343.474	69.104
2006	653.631	3.897	243.515	334.310	71.909

Mais especificamente, o acesso ao ensino médio por estrutura administrativa, demonstra que neste caso a rede privada totaliza aproximadamente 12 % das matrículas do Ensino Médio, enquanto a escola pública federal é responsável pela porcentagem aproximada de 1,55% do total das matrículas. As duas somadas não ultrapassam os 14% do total, sendo que as matrículas na rede pública municipal e estadual somadas perfazem proporção de aproximadamente 86%. Destes quase 570 mil alunos matriculados no ensino básico municipal e estadual, uma minoria extrema, 1600 alunos,

o que equivale a 0,28%, foram aprovados no Vestibular, ingressando na universidade pública federal em Sergipe, conforme dados do último vestibular³.

Quadro Alunos Matriculados no Ensino Médio por Dependência Administrativa (INEP)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2005	90.884	1.386	76.290	2.392	10.816
2006	88.130	1.399	73.705	2.313	10.713

É importante fazermos estas referências quantitativas as matrículas no ensino médio porque nos interessa pensar o universo de alunos em fase de conclusão do mesmo, e que logo estarão realizando o vestibular, bem como, pensar as distorções na proporção da sua representação na universidade pública. Em 2006, havia cerca de 88.130 estudantes de ensino médio, sendo que deste número, apenas 10.713 estavam matriculados na escola privada. No mesmo ano, estiveram ainda matriculados nas séries de conclusão do Ensino Médio, a 3ª. e a 4ª. séries, um total de 23.405 alunos em toda a rede escolar de Sergipe.

Quadro de Alunos Matriculados por Série no Ensino Médio (Dados do INEP)

Ano	Total	1 ano	2 ano	3 ano	4 ano	Multiseriada
2005	90.884	39.940	28.080	22.269	595	-
2006	88.130	37.923	26.812	22.583	812	-

Porém, destes, foram considerados concluintes do Ensino Médio, em 2006, um total de 15.910 alunos, o que significa dizer que 32 % dos alunos matriculados no último ano do ensino médio em toda a rede escolar não concluíram seus estudos. Classificando-os por administração escolar, a quantidade de alunos concluintes do Ensino Médio foi de:

Quadro de Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2006 (Dados do INEP)

Ano 2006	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Sergipe	15.910	246	12.508	394	2.759

Estes dados são relevantes, pois demonstram a proporção de concluintes/matriculados por administração escolar e permitem uma breve relação com os alunos inscritos/classificados no vestibular da UFS. Em 2006, 2.759 alunos concluíram o ensino médio na rede privada e 12.652 na rede pública. Porém, dos que

³ <http://www.vestibular2008.ufs.br/ccv/pss2007/resultado/estatisticas/questionario.htm> Em 13/03/ 2008.

ingressaram pela aprovação no vestibular 2006/2007, da UFS, 2.169 alunos eram provenientes de escolas privadas, enquanto ingressaram apenas 1.862 alunos oriundos da escola pública, o que demonstra que a escola privada leva uma desproporcional vantagem no acesso ao Ensino Superior Público no estado de Sergipe, dada à proporção de 1.862 aprovados para 12.902 concluintes do Ensino Médio, provenientes da escola pública estadual e municipal no mesmo ano. A escola pública sequer aprova 15 % (14,43%) dos seus alunos concluintes do Ensino Médio na UFS, enquanto as escolas privadas aprovam quase 90% do seu número de concluintes anual.

Como evidenciam os dados, os alunos oriundos do ensino privado têm maiores chances de serem aprovados no ensino superior e público, isto acaba também representando e reproduzindo maiores desigualdades sócio-econômicas de oportunidades de trabalho e conseqüentemente menores possibilidades de mobilidade social. Os mais atingidos, neste caso, são as populações de baixo poder aquisitivo, principalmente pardos, pretos e indígenas.

A Questão Étnico/Racial e a realidade escolar em Sergipe

Para termos uma idéia, a distribuição étnico/racial, nos dias de hoje, conforme os dados do Censo Demográfico do ano de 2000, realizado pelo IBGE, com relação à população auto-declarada por cor ou raça em Sergipe foi de 31,53% branca, 6,24% preta, 60,81% parda (pretos e pardos somariam 67,5%), 0,37% indígena, 0,16% amarela e 0,87% sem declaração. Já em 2005, no levantamento da amostra por domicílios, também realizado pelo IBGE, o PNAD, demonstrava uma leve alteração neste quadro, 28,3% da população de Sergipe se declarou branca, 4,6% preta, 66,7% parda (aqui pretos e pardos somam 70,3%) e 0,4% amarela ou indígena.

Vejamos como os índices de escolarização revelam dados alarmantes sobre as desigualdades entre brancos e não-brancos.

Analfabetismo por Cor/Raça em Sergipe (IBGE)

Ano 2006	Total	Branca	Preta	Parda
Taxa de analfabetismo	19,7	14,9	20,2	21,7
Taxa de analfabetismo funcional acima de 15 anos	33,7	27,0	39,1	36,2
Média anos de estudo pessoas maiores de 15 anos	6,0	6,9	5,8	5,6

Síntese de indicadores Sociais da relação total de anos de estudo por Cor/Raça (IBGE)

Grupos raça/cor por anos de estudo	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Mais 12 anos
População branca	34,7	20,0	32,8	11,4
População preta ou parda	47,4	22,5	22,0	7,1

Conforme as tabelas acima, quanto aos índices de escolarização, há uma piora progressiva dos índices de escolarização entre pardos e pretos com relação aos brancos, à medida que a escolaridade vai avançando. Apesar de os números de evasão e de não conclusão dos anos de estudo serem altos, independente de raça/cor, é entre os pardos e negros que estes números são ainda maiores.

Acompanhemos o quadro evolutivo destes dados através dos números de matrículas realizadas nos anos de 2005 e 2006:

Quadro cor/raça de alunos matriculados no ensino fundamental em Sergipe (INEP)

Ano	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	N/decl
2005	404.358	82.517	44.594	212.801	9.772	1.405	53.269
2006	395.387	80.611	37.712	229.178	7.645	1.303	38.938

Já no ensino **médio**, por raça/cor, em 2005 e 2006, o quadro ainda mais alarmante tem a seguinte configuração:

Quadro cor/raça alunos matriculados ensino médio em Sergipe (Dados do INEP)

Ano	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	N/declarada
2006	88.130	19.295	8.805	50.864	1.132	528	7.506
2005	90.884	18.403	10.791	46.408	2.050	413	12.819

Para enfatizar as distorções, em 2006, ressaltamos que se excluindo os 7.506 que não declararam a cor/raça, 8.805 eram pretos e 50.864 eram pardos. Como os amarelos e indígenas somam menos de 1%, pode-se deduzir o percentual de 21,90% de estudantes brancos nesses estabelecimentos.

No entanto, nos índices totais de acesso a UFS, pelo vestibular de 2007, foram aprovados 1.384 alunos auto-declarados de cor/raça branca, o que significou um acesso

proporcional de 34,34% de brancos⁴, sendo que estes representavam aproximadamente 21,90% dos concludentes do ensino médio naquele ano. Ou seja, 12,44% a mais do que sua proporção entre os concluintes totais no ensino médio em Sergipe.

Tabelas de Escolaridade/Renda por média de anos de estudo (IBGE-2006)

	Branco	Negros (Parda/Preta)
Média de anos de estudo	7,4	5,9
Rendimento salarial médio	2,4	1,7

Em Sergipe, as desigualdades étnico-raciais podem ainda ser representadas e travadas pelo quadro das classes de renda, mostrando que o racismo e a discriminação racial também atingem as possibilidades de renda, de mobilidade social e de classe das pessoas. Portanto, mais especificamente, podemos observar que a média do grupo raça/cor que mais estuda, o “branco”, tem uma renda salarial total média também maior, enquanto que os grupos que menos tem condições de prosseguir nos estudos, o “pardo” e o “preto”, têm rendimentos totais também mais baixos que os brancos.

Para concluirmos, na área da educação há fortes desigualdades raciais que se acentuam na mesma medida em que os anos escolares se passam. O percentual de brancos que concluem o ensino médio é 11,4%, enquanto o percentual de pretos e pardos é de 7,1% . As desigualdades raciais são grandes também neste nível de ensino. O que significa que, em resumo, se os negros têm menos ensino médio que os brancos isso tende a piorar no acesso ao ensino superior, mostrando que uma seletividade racial crescente na trajetória educacional que resultará também numa seletividade de desigualdades no acesso a determinadas profissões. Mais adiante veremos em detalhes o quadro desta questão em Sergipe, pela visualização do acesso de pardos, pretos, brancos e indígenas por cursos específicos na UFS.

A Universidade Federal de Sergipe

As discussões sobre ações afirmativas na UFS devem necessariamente estar lastreadas no diagnóstico da situação atual, nos objetivos da universidade e em dados sobre o sistema de acesso pelo vestibular. Vamos inicialmente diagnosticar a realidade

⁴ Ver endereço eletrônico da CCV/UFS, dados do questionário sócio-econômico do vestibular 2007/2008, quesito raça/cor.

sócio-étnico-racial da instituição, começando pelos dados referentes a candidatos oriundos de escolas públicas no vestibular.

Tomaremos como base os dados fornecidos pela Comissão Permanente do Vestibular, do ano de 2006 e 2007, através de seu Questionário Sócio-Econômico. Entre os dados levantados estão os números totais e por cursos dos alunos candidatos e dos alunos aprovados, nestes dois últimos vestibulares. Dados como idade, sexo, estado civil e os mais importantes para nossas reflexões aqui, a procedência do Ensino Básico e a questão da Raça/Cor, reveladores do perfil dos ingressos da UFS nos últimos dois anos, de 2007 e 2008.

Com relação à procedência do candidato no âmbito da administração escolar, foram realizadas individualmente as seguintes perguntas: 1) Você cursou a maior parte do Ensino Fundamental em? 2) Você cursou a maior parte do Ensino Médio em? Nos dois casos as alternativas foram as seguintes: escola pública municipal, escola pública estadual, escola pública federal e escola privada. Quanto ao perfil étnico/racial foi realizado o seguinte questionamento: 1) Qual a sua Cor ou Raça? Com as alternativas: branca, parda, negra, oriental e indígena.

Vejamos os resultados, com a relação às procedências dos alunos com base na classificação do tipo de administração escolar nas quais eles responderam ter realizado o ensino básico.

Dos que responderam à pergunta “você cursou a maior parte do Ensino Fundamental em?”, de um total de 21226 candidatos inscritos, 2487 responderam serem oriundos de escola pública municipal, 8120 oriundos de escola pública estadual, 171 de escola pública federal e 10448 de escola privada. Destes, foram aprovados um total de 4011 candidatos no vestibular 2008, sendo 374 candidatos da escola pública municipal, 1215 da escola pública estadual, 76 da escola pública federal e 2346 da escola privada. No que diz respeito ao vestibular de 2007, foram 20210 candidatos (2210 da escola pública municipal, 7567 da escola pública estadual, 230 da escola pública federal, 10203 da escola privada) e aprovados 4031 candidatos (379 da escola pública municipal, 1221 da escola pública estadual, 80 da escola pública federal, 2351 da escola privada), seguindo mais ou menos a mesma distorção de porcentagem no acesso, que as distorções dos dados do ano de 2008, como na tabela abaixo:

Quadro da procedência do ensino fundamental no vestibular da UFS

Escola	Candidatos 2007	Aprovados 2007	Candidatos 2008	Aprovados 2008
--------	-----------------	----------------	-----------------	----------------

Pública Municipal	10,94%	9,40%	11,72%	9,32%
Pública Estadual	37,44%	30,29%	38,36%	30,29%
Pública Federal	1,14%	1,98%	0,81%	1,90%
Privada	50,48%	58,32%	49,22%	58,49%

Tabela com base nos dados do questionário sócio-econômico 2007 e 2008, publicados no sítio da CCV/UFS

Percebemos que a proporção de inscrito/ingresso na UFS, via vestibular, por ano, é aproximadamente 8,5% maior para os alunos provenientes da escola privada. Enquanto os alunos provenientes das escolas públicas municipais e estaduais somadas, em média, registram uma redução no acesso de aproximadamente 9,5% de candidatos aprovados em relação aos inscritos. Sendo que os candidatos provenientes de escolas públicas federais estão proporcionalmente bem representados, já que o índice de aproveitamento entre eles é de quase o dobro do índice na proporção de candidatos. Percebemos que a grande distorção deste quadro se dá na representação social do quadro geral com relação à proveniência de alunos do ensino fundamental oriundos de escola pública estadual e municipal.

Em outro quesito, dos que responderam à pergunta “você cursou a maior parte do Ensino Médio em?” de um total de 21226 candidatos inscritos, 529 candidatos eram oriundos de escola pública municipal, 10029 oriundos de escola pública estadual, 934 de escola pública federal e 9734 de escola privada, foram aprovados um total de 4011 candidatos no vestibular 2008, sendo 96 candidatos da escola pública municipal, 1445 da escola pública estadual, 295 da escola pública federal e 2175 da escola privada. No que diz respeito ao vestibular de 2007, foram 20210 candidatos (611 da escola pública municipal, 9157 da escola pública estadual, 1011 da escola pública federal, 9431 da escola privada) e 4031 aprovados (133 da escola pública municipal, 1387 da escola pública estadual, 342 da escola pública federal, 2169 da escola privada), seguindo mais ou menos a mesma distorção de porcentagem no acesso, que a de 2008.

Quadro da procedência do Ensino Médio no vestibular da UFS

Escola	Candidatos 2007	Aprovados 2007	Candidatos 2008	Aprovados 2008
Pública Municipal	3,02%	3,30%	2,49%	2,39%
Pública Estadual	45,31%	34,41%	47,24%	36,03%
Pública Federal	5,00%	8,48%	4,40%	7,35%
Privada	46,67%	53,81%	45,86%	54,22%

Tabela com base nos dados do questionário sócio-econômico 2007 e 2008 publicados no sítio da CCV/UFS

Percebemos que os candidatos oriundos de escola privada são aprovados no vestibular numa porcentagem de 7% a 8,5 % maior do que a proporção de inscritos,

enquanto os alunos provenientes de escola pública municipal e estadual somados estão sub-representados na mesma proporção inscrito/ingresso em média de 9% a 10% para menos. Já os alunos de escola pública federal conseguem aqui uma representação bem maior que a proporção de candidatos. Percebemos novamente que a grande distorção deste quadro se dá na representação social do quadro geral com relação à proveniência de alunos **do ensino médio** oriundos de escola pública estadual e municipal, repetindo-se o quadro do ensino fundamental. Com isto podemos afirmar que os alunos que fizeram o Ensino Fundamental mais o Ensino Médio na rede pública municipal e estadual, são os alunos mais expostos a não absorção pelo modelo atual de processo seletivo para universidade pública. São os alunos mais vulnerabilizados deste conjunto da amostra, com relação ao acesso ao ensino público superior. Devemos lembrar ainda que muitos dos alunos egressos da rede de ensino pública estadual e municipal de Sergipe, sequer tentam o vestibular para a universidade federal, logo depois de concluído o Ensino Básico, pois foram 12902 alunos egressos das redes municipal e estadual em 2006 e apenas 9768 deles realizaram o concurso vestibular na UFS, sendo que os egressos da rede particular no mesmo ano foram 2759 alunos. No entanto, na ocasião do vestibular, os candidatos oriundos da rede privada perfaziam um total de 9431 inscritos. Isto demonstra que o aluno de escola pública está proporcionalmente muito menos estimulado a tentar o vestibular na UFS, enquanto os alunos da rede privada ingressam por ano quase na mesma proporção em que se formam na rede privada, que no ano em questão totaliza 2169 alunos, muito distante da proporção de 12902 alunos egressos do ensino público estadual e municipal. Lembramos que a quantidade de alunos oriundos de escola pública que ingressaram pelo vestibular na UFS, no mesmo ano, fora de apenas 1420 alunos. Vejamos a altíssima distorção na proporcionalidade do acesso pelos índices de porcentagem no quadro abaixo:

Quadro de egressos do ensino médio na proporção de ingressos na UFS

	Egressos da Rede de Ensino Básico 2006	Ingressos na UFS 2007
Escola Estadual e Municipal	81,09%	37,71%
Escola Pública Federal	1,55%	8,48%
Escola Privada	17,34%	53,81%

Tabela com base em informações do CCV/UFS e do PNAD

Isto demonstra que a grande maioria dos alunos da rede escolar está excluída do acesso ao ensino público universitário no estado de Sergipe, como também que a

imensa maioria dos excluídos deste acesso está entre aqueles com baixíssimo poder aquisitivo e que involuntariamente só tem acesso ao ensino básico da rede pública, enquanto os alunos oriundos da rede privada, com poder aquisitivo suficiente para pagar um ensino básico na rede privada, são os que acessam na inversa proporção a universidade pública. Quando analisamos as distorções por cursos, estas nos mostram situações ainda mais alarmantes. Em cursos como medicina, odontologia, arquitetura, entre outros, as quantidades de alunos provenientes de escola pública são irrisórias, como na tabela abaixo. Outra informação importante é que a maior parte dos alunos oriundos da escola pública está nos cursos de licenciatura e cursos noturnos, pois, muitas vezes, são alunos que precisam buscar recursos para se manterem, o que demonstra que não é apenas uma questão de acesso, mais de condições de permanência, que a universidade pública deve também se esforçar por garantir. Sabemos todos da existência de inúmeras fontes de recursos que subsidiam discentes, como bolsas trabalho, bolsas de pesquisa e bolsas de extensão, entre outras, que podem se tornar mecanismos para viabilidade da permanência de futuros alunos ingressos pelo sistema de cotas.

Tabela por curso dos aprovados no vestibular por origem rede escolar - 2008⁵

Curso/Turno	Turno	Escola Privada	Pública Estadual	Pública Municipal	Pública Federal
Odontologia	D	97 %	3%		
Direito Bacharelado	D	96%	4%		
Medicina	D	95 %	2%		3%
Direito Bacharelado	N	94%	2%	2%	2%
Arquitetura/Urbanismo	D	88%	6%		6%
Nutrição Bacharelado	D	88%	8%		4%
Enfermagem Bacharelado	D	88%	8%	2%	2%
Fonodialogia Bacharelado	D	88%	6%		6%
Engenharia Mecânica	D	88%	6%		6%
Engenharia Elétrica	D	86%	2%	-	12%
Engenharia de Produção		86%	10%		4%
Engenharia Civil		85%	10%	-	5%
Biologia Bacharelado	D	84%	13%		3%
Fisioterapia Bacharelado	D	82%	8%	2%	8%
Zootecnia Bacharelado	D	82%	14%		4%

Observando a tabela acima, percebemos que cursos como Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Ciências da Computação, Engenharia Mecânica, Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Direito Noturno,

⁵ Os números totais dos aprovados por cursos no vestibular de 2007 e 2008, segundo origem por administração escolar podem ser pesquisados no sitio eletrônico da CCV/UFS. Os cursos que ficaram de fora desta tabela também podem ser pesquisados no mesmo endereço. Apresento apenas as quinze maiores distorções.

Direito Diurno, Engenharia de Produção, Jornalismo, Arquitetura, Psicologia, Zootecnia e Fisioterapia têm **mais de 80%** de seus alunos ingressos na UFS em 2008, egressos principalmente de **Escolas Privadas**. Na maioria destes cursos, se somarmos mais os alunos provenientes das escolas Públicas Federais, teremos mais de 90% oriundos destes dois sistemas escolares. Outro agravante, quando destacamos os cursos de Odontologia, Direito e Medicina é que temos mais de **95%** de alunos aprovados no vestibular que são oriundos apenas das escolas privadas. Os dados indicam que a UFS reproduz um quadro elitista no que diz respeito ao acesso a educação superior e as oportunidades de profissionalização em áreas tradicionalmente consideradas de alto prestígio social, característico até agora em todo o Brasil.

Num outro quesito do questionário sócio-econômico, o **quesito que passamos a chamar de étnico-racial**, dos candidatos que responderam à pergunta “**qual a sua cor ou raça?**”, de um total de 21226 inscritos em 2008, 6576 declararam cor ou raça branca, 11525 parda, 2863 negra, 38 oriental e 224 indígena. Dos 4011 aprovados no mesmo vestibular, 1377 eram de cor ou raça branca declarada, 2099 parda, 498 negra, 4 oriental e 33 indígena. No vestibular de 2007, de um total de 20210 inscritos, 6561 declararam cor ou raça branca, 10609 parda, 2738 negra, 44 oriental e 258 indígena. Dos 4031 aprovados no mesmo vestibular, 1384 eram de cor ou raça branca declarada, 2093 parda, 502 negra, 9 oriental e 43 indígena. Mantendo-se as proporcionalidades de representação equivalente de candidatos/aprovados de um ano para o outro. O que vemos é também um quadro de distorções por raça/cor que configura desigualdades reproduzidas desde o ensino básico, como visto anteriormente.

Quadro das proporções de representação étnico-racial relação candidato/aprovado UFS

Cor ou Raça	Candidatos 2007	Aprovados 2007	Candidatos 2008	Aprovados 2008
Branca	32,47%	34,34%	30,98%	34,33%
Parda	52,49%	51,92%	54,30%	52,33%
Negra	13,55%	12,45%	13,49%	12,42%
Oriental	0,28%	0,22%	0,18%	0,10%
Indígena	1,28%	1,07%	1,06%	0,82%

Tabela com base nos dados do questionário sócio-econômico sobre cor/raça, 2007 e 2008, do sítio da CCV/UFS

Na tabela acima, o único grupo de candidatos classificados que aumenta proporcionalmente com relação à classificação dos candidatos inscritos nos dois anos consecutivos, é o grupo que se definiu como de cor ou raça branca, todos os outros grupos não-brancos tiveram um decréscimo na relação inscrito/classificado. A diferença se repete de um ano para o outro ficando na média dos 2,5% a mais de brancos

ingressos. Por outro lado, os grupos de cor ou raça parda, negra, oriental e indígena têm decréscimos com relação à proporção inscritos/classificados. Isto quer dizer que estamos diante de um quadro de distorções e desigualdades também no quesito étnico-racial. A população de Sergipe, segundo o Plano Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD), realizado pelo IBGE em 2005, era de 28,3% da população definida por cor ou raça branca. Se os aprovados que se declararam de cor ou raça branca representam, entre os vestibulandos, a proporção de 34,34% e 34,33%, respectivamente em 2007 e 2008, significa que temos uma defasagem ainda maior entre brancos e não-brancos no acesso à universidade pública. Ou seja, como demonstram os dados de levantamento quantitativo sobre as diferenças de acesso à educação e perspectivas de continuidade dos estudos do INEP e do PNUD/ONU, ambos de 2005, as categorias “pardo” e “preto” sempre apresentam números de continuidade em decréscimo no percurso escolar, ao corresponde inverso dos brancos. No caso dos números apresentados, a diferença entre o PNAD de 2005 e os dados referentes ao vestibular, há uma defasagem na proporção de 6% a mais de brancos que ingressam todos os anos na UFS, que a proporção de negros, somando pardos e pretos, em 2005, que totalizavam 71,3% da população em Sergipe, e que, no entanto, foram 63,7% dos que ingressaram pelo vestibular na UFS, em 2008. O que move tais distorções não são apenas questões de ordem econômica, muitas vezes imbricada pela questão étnico-racial, mas, fundamentalmente, um racismo estrutural que inibe a população negra de avançar nos estudos e almejar bons empregos. Racismo subreptício, violência psicológica, já muito estudada por vários pesquisadores que demonstraram o perverso, muitas vezes sutil, racismo enfrentado por crianças pardas, pretas e indígenas desde a fase pré-escolar até o ensino médio nas escolas de todo o Brasil.

Por isto, se forem reservadas 50% das vagas de todos os cursos para estudantes do ensino médio público, o percentual médio de estudantes negros da UFS permaneceria praticamente o mesmo, o que contraria a crença de que ao entrarem estudantes de escolas públicas, se resolveriam também as defasagens étnico-raciais, pois se os estudantes negros e indígenas estão na escola pública, eles também passariam a entrar na universidade em porcentagem próxima à sua representação na população. Esta crença está balizada pelo mito da democracia racial, segundo o qual os negros e brancos são tratados igualmente pela sociedade. Se isso ocorresse, o percentual de negros aumentaria com a reserva para escola pública. Mas, como pardos, pretos e indígenas são discriminados socialmente, isso traz resultados negativos ao desempenho escolar de

toda uma vida e inclusive no percurso preparativo para realização do vestibular. É preciso que levemos tais questões em consideração, pois se quisermos aumentar a diversidade socioeconômica e étnico-racial não é suficiente aumentar as vagas na universidade, é preciso fazer ação afirmativa a favor de estudantes de escola pública e de negros.

Portanto, dada à seletividade socioeconômica e étnico-racial, tanto no vestibular propriamente dito quanto na sub-representação dos alunos de escola pública e de estudantes negros e indígenas na inscrição ao exame, acreditamos que medidas de ação afirmativa são necessárias para promover a diversidade. O caráter público da universidade vem do fato dela estar aberta a todos os segmentos da sociedade, particularmente os de baixa renda, os discriminados racial e etnicamente. Se somente os segmentos mais ricos e brancos se beneficiam do investimento de toda a sociedade no ensino superior público, estamos vendo a prevalência social de alguns grupos sobre outros.

Além do acesso, devemos pensar que a formação dos graduandos será melhor num ambiente de diversidade, preparando-os para uma sociedade cada vez mais sensível às diferenças. Se verificarmos que em vários cursos da UFS há cerca de 10% ou menos de estudantes negros e 5% ou menos de estudantes oriundos de escola pública, como estamos formando as pessoas durante a graduação? Pessoas que não discutem as necessidades e carências de parcelas consideráveis da população? Que tendem a nutrir e realimentar preconceitos de classe, etnia e raça por não conviverem com o diferente? Há grande probabilidade de transferir essa lógica para o mundo social e do trabalho, lógica excludente e racista. E cremos que não seja esse o objetivo de formação de uma universidade pública, qual seja, a qualidade do ensino também vinculada à valorização da diversidade na sociedade, através da criação da diversidade no ambiente de ensino.

Quando observamos o quadro de entradas por aprovação no vestibular em 2008, identificamos algo comum em vários lugares do Brasil e que se perpetua em Sergipe, a existências de muitos cursos com distorções com relação ao quesito étnico-racial, onde o grupo de raça/cor declarada “branca” ocupa proporcionalmente um número muito maior das vagas.

Tabela por curso dos aprovados no último vestibular por raça/cor, 2008⁶

⁶ Os cursos que ficaram de fora desta tabela também podem ser pesquisados no sítio da CCV/UFS. Por questões de espaço, apresento aqui apenas a compilação dos quinze cursos em que ocorrem as maiores distorções neste critério.

Curso	Turno	Branca	Parda	Negra	Indígena	Oriental
Sistemas de Informação		50%	44%	6%		
Engenharia Química		50%	38%	12%		
Jornalismo	D	50%	38%	6%	6%	
Farmácia	D	49%	37%	14%		
Letras Inglês Licenciatura	N	48%	40%	12%		
Engenharia de Produção		48%	42%	10%		
Ciências da Computação	D	46%	46%	8%		
Psicologia	D	46%	48%	3%	3%	
História Licenciatura	D	46%	46%	8%		
Administração Bacharelado	D	45%	47%	8%		
Administração Bacharelado	N	45%	42%	13%		
Matemática Bacharelado	D	45%	45%	10%		
Odontologia	D	44%	43%	10%	3%	
Direito Bacharelado	D	44%	44%	12%		
Direito Bacharelado	N	44%	50%	6%		

Vale ressaltar que as desigualdades raciais no Brasil e, neste caso específico, em Sergipe, reproduzem um racismo sutil, de dupla invisibilidade, primeiro, pelo fato da sua ausência proporcional à população total do estado na universidade, segundo, pelas distorções pontuais em algumas áreas profissionais de prestígio social. Já vimos que a evasão escolar durante o Ensino Básico é muito maior entre os pardos e negros de escolas públicas que entre os brancos. Por isto, é importante notar que esta tabela acima não reproduz quantitativamente as proporções de desigualdades nas mesmas áreas da tabela anterior por procedência de sistema escolar dos alunos. Aqui, os vinte cursos que no vestibular 2008 tiveram as maiores distorções foram, por ordem decrescente: Sistemas de Informação, Engenharia Química, Jornalismo, Farmácia, Letras Inglês, Engenharia de Produção, Ciências da Computação, Psicologia, História Licenciatura, Administração, Matemática, Odontologia, Direito, Ciências Econômicas, Arquitetura, Biologia, Fonodialogia e Medicina. Sendo que em todos eles, fica evidente que, apesar de a população branca do estado totalizar 28,3%, pelo PNAD/IBGE 2005, ela estaria ingressando na UFS em números muito superiores a este, representando entre 39% e 50% do total dos aprovados dos cursos citados, enquanto a população de pardos, negros e indígenas, que totaliza 71%, nos dados do PNAD, ingressa nestes cursos representando apenas entre 50% a 65% na ocupação das vagas disponíveis.

No caso desta última tabela, temos ainda que destacar que, entre os cursos em que ocorrem tais disparidades, temos cursos diurnos e noturnos e áreas voltadas para saúde, tecnologias, comunicação e licenciaturas, o que demonstra que não basta expandirmos a oferta criando turnos e turmas novas, pois enquanto a universidade pública não tiver condições de absorver a totalidade dos egressos do ensino básico ela continuará reproduzindo as distorções estruturais das desigualdades sociais no Brasil ou

em Sergipe, portanto, caso a universidade não adote políticas de ações afirmativas, através da reserva de vagas para grupos sociais vulnerabilizados, além de excluir candidatos ao ensino superior público pela falta de vagas ela também continuará contribuindo com a exclusão pela falta de critérios mais democráticos de acesso, que respeitem a diversidade social e o caráter da prestação do serviço público.

A questão raça/classe no Brasil já foi muito estudada, sendo que vários autores são unânimes em dizer que estas questões estão, muitas vezes, imbricadas, mas que devido às suas peculiaridades elas têm características próprias que precisam ser entendidas também em suas especificidades e o racismo brasileiro é o ponto estruturante de tais desigualdades. Isto significa que, se por um lado encontramos entre as camadas economicamente mais pobres da população números proporcionais maiores de pardos, negros e indígenas, por outro lado a situação agravante é que as possibilidades de mobilidade social para estes, serão ainda menores que para os brancos pobres, conforme demonstram as estatísticas do INEP no caso da educação e os dados do PNUD, no que diz respeito aos coeficientes de IDH da população brasileira por raça/cor.

A promoção de diversidade no mundo do trabalho tem como efeito correlato o combate ao racismo pela criação de modelos sociais. Quando não se vê uma pessoa negra numa posição socialmente valorizada isso induz nas crianças negras a ausência de perspectiva de sucesso na sociedade, fora algumas áreas consagradas como a música ou o futebol. Nas pessoas de baixa renda este efeito reproduz a idéia de impossibilidade de melhoria de sua condição econômica e intelectual. A formação de graduados negros e de origem popular tem um efeito multiplicador na democratização da sociedade e do acesso a bens materiais e oportunidades de crescimento das pessoas.

Enquanto por um lado os números demonstram as distorções de oportunidades existentes historicamente com relação à questão racial e social distintas, porém por vezes implicadas uma pela outra, se caracterizam, por outro lado, os argumentos de resistência a tais constatações, fundamentadas nas idéias de igualdade de direitos medidos pelo mérito da aprovação, pelo argumento da inexistência do racismo no estado, mas também pela ênfase na invisibilidade negra reforçada por retóricas da mestiçagem, como um qualificativo característico da população do estado. Tal qualificativo sustenta a manutenção de uma ordem excludente em Sergipe, tanto pelo critério racial, quanto pelo social.

Bibliografia consultada

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos, *Revista Brasileira de Educação*, número 28, p. 77-95, jan/abr 2005

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo: Contexto, 2003

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GARCIA, Renísia C. *Identidade Fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005*. Brasília: INEP, 2007

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HENRIQUES, R. *Texto para discussão no. 807. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*, Rio de Janeiro: IPEA 2001.

MARCON, Frank. *Diálogos transatlânticos: identidade e nação entre Brasil e Angola*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

PETRUCCELLI, J. L. *Mapa da Cor no Ensino Superior Brasileiro*. UERJ, Rio de Janeiro: 2004

PNUD Brasil. *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil – 2005. Racismo Pobreza e Violência*. Brasília, DF, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, R. (Org). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. Questão racial e etnicidade. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (Volume II). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: Capes, 1999

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.